

A Geração à Rasca

“(…) il futuro di tutti noi non ha colore... (…) Noi non siamo un movimento, ma un sentimento comune.”, do manifesto do Indignati italianos, a circular na internet, 2011-07-16

“Geração à Rasca”. Foi assim que se auto-denominou um grupo de jovens com altas qualificações escolares, frustrado pela forte redução de expectativas de vida a que os portugueses têm estado sujeitos. Inspirados por uma canção com o título “Que parva que eu sou!” do grupo musical Diolinda, cuja apresentação pública na sala mais carismática de Lisboa foi filmada e transposta para o *youtube*,¹ inspirados pela revolta dos jovens no Norte de África, inspirados pelas críticas públicas à degradação da vida política nacional, na maior parte dos casos veiculada por pessoas com altas responsabilidades políticas em Portugal, inspirados ainda nos apelos oficiais para a mobilização política dos jovens para mudar o País, quatro jovens decidiram lançar um apelo no *facebook* para uma manifestação de desagrado em Lisboa e no país para dia 12 de Março de 2011.

Os apoios começaram a reunir-se e as próprias televisões notaram e apoiaram a convocatória. Já mais em cima da data da manifestação, o próprio Presidente da República manifestou simpatia pelo apelo não partidário – numa altura em que estava a preparar a queda do governo em funções para convocar eleições que poderiam (como veio a confirmar-se) produzir uma alternância do partido maioritário e, portanto, na cor do governo.

No dia aprazado cerca de meio milhão de pessoas saiu à rua em várias cidades do país para manifestar o seu descontentamento com a situação. Às manifestações juntaram-se todas as gerações e percorreram caminhos normalmente percorridos pelas manifestações sindicais, mas sem cordões de ordem. A polícia manteve-se à distância, respeitosa.

Houve quem comparasse a manifestação, pela sua unanimidade e pela falta de conteúdo propositivo, à manifestação do primeiro primeiro de Maio em liberdade, após o 25 de Abril de 1974, quando uma multidão convergiu para o estádio Primeiro de Maio, em Alvalade, Lisboa.

Efectivamente já havia alguns meses eram sensíveis, em cada um, incómodos viscerais com a situação que se vivia, nomeadamente a série de PEC (pacotes de estabilidade e crescimento) cuja versão 4 chumbou no parlamento e marcou o fim da legislatura liderada pelo Partido Socialista de Sócrates, derrotado nas eleições subsequentes pelo Partido Social Democrata de Passos Coelho, outro partido do rotativismo luso. Desde o primeiro anúncio, repetindo-se sempre igual, eram anunciadas medidas de austeridade capazes e competentes para lidar com os perigos da crise financeira de 2007/08. Ao fim de algumas semanas a operação repetia-se, a ponto de quando o primeiro-ministro dizia que não haveria mais subida de impostos logo os comentadores especulavam de que forma iriam eles voltar subir. A oposição partidária começou a apostar na denúncia da mentira compulsiva do governo – embora logo quando foi

¹, Espectáculo de 8 de Fevereiro no Coliseu de Lisboa, <http://www.youtube.com/watch?v=r5rJ-1xbWdc&feature=related>, visto a 2011-07-15.

eleito o PSD de Passos Coelho, a primeira coisa que fez foi repetir a situação já ocorrida com Durão Barroso, dez anos antes, e com Sócrates, a meio da década: anunciou novo aumento de impostos (apesar da insistente promessa eleitoral de que não o faria) com o pretexto de debelar o buraco escondido nas contas públicas deixado pelo governo anterior.

Estas circunstâncias, politicamente semelhantes às que ocorreram em Espanha dois meses depois, em que às volumosas manifestações deste movimento internacional se seguiram votações em partidos de direita nas eleições, levam a uma desconfiança de gente de esquerda, que teme estar-se em presença de mais uma revolução com consequências negativas para a esquerda política, como terá ocorrido com as revoluções culturais juvenis dos anos 60 e 70. À esquerda também há gente entusiasmada com a oportunidade de viver uma experiência de mudança social induzida pela vontade das pessoas e com a experiência de poder aprender novas tácticas políticas, capazes de ultrapassar as sucessivas derrotas políticas nas últimas décadas.

A mobilização de 12 de Março inspirou muitas pessoas, nomeadamente as da Associação 25 de Abril, onde se associaram muitos dos antigos capitães envolvidos no golpe militar de 25 de Abril de 1974, na origem das condições para o espoletar da revolução democrática e descolonizadora, com quem os organizadores do apelo na internet – entretanto reunidos no movimento M12M – passaram a colaborar, nomeadamente na organização de seminários e colóquios sobre o que fazer e como animar a sociedade portuguesa a sair da letargia em que parece mergulhada.

A manifestação de 12 de Março caracterizou-se por ser inorgânica, imaginativa nas palavras de ordem (que cada um trouxe de casa para fazer passar junto dos outros manifestantes – os organizadores reuniram em papel as propostas que lhes fizeram chegar de forma organizada e entregaram-nas ao Presidente da Assembleia da República em cerimónia pública), revivalista quando chegou a hora de gritar “o povo unido jamais será vencido”, tolerante e aberta (até um grupo de neo-fascistas claramente auto-identificado pode participar) e sem tensão. Foi possível cumprir o percurso previsto em todas as partes do país, sem intromissão da polícia, e quem ficou no final mais algum tempo a usufruir do momento singular não foi pressionado de nenhum modo a terminar mais depressa com a manifestação. (Este tipo de comportamento das autoridades contrasta com a inusitada tensão provocada pela polícia em outros casos de manifestações na zona de Lisboa, pela mesma época, por exemplo quando em Novembro de 2010 se realizou uma manifestação contra a presença dos chefes da NATO em Lisboa ou quando no 1º de Maio em Setúbal a polícia se lançou aos tiros contra manifestantes que arrumavam bandeiras para dispersar).

A manifestação de 12 de Março inspirou os movimentos dos Indignados em Espanha (inicialmente designados por “acampados”) e noutras partes do mundo, nomeadamente a partir das manifestações internacionais convocadas para 15 de Maio de 2011.² Em Lisboa uma esquelada manifestação ocupou a faixa lateral, ao longo de meia avenida da Liberdade. Na véspera os órgãos de comunicação social não só não convocaram a iniciativa – ao contrário do

² <http://www.facebook.com/event.php?eid=208134502554346>, e <http://cazadebunkers.wordpress.com/2011/06/04/todo-lo-acontecido-hasta-la-fecha-sobre-el-movimiento-15m-todos-los-videos-e-informacion-importantes/> vistos em 2011-07-15.

que tinham feito dois meses antes – como deram notícias falsas sobre que ela já teria ocorrido, sem que os organizadores tivessem capacidade de reagir. Mas foi da dinâmica desta manifestação que se alimentaram os futuros movimentos dos indignados lisboetas. Manifestaram junto à embaixada de Espanha (para apoiarem os seus colegas noutras cidades ibéricas) de onde se organizaram para fazer uma acampada (sic) na principal praça da cidade de Lisboa – o Rossio. Noutras cidades do País pequenos grupos também se organizaram para o mesmo efeito.

Com um fulgor muito maior do que em Portugal, em diversas cidades de Espanha, nas vésperas das eleições autárquicas, as manifestações acabaram em acampamentos nos centros das cidades, à maneira dos egípcios em praça Thair, no Cairo. Numa reunião internacional, em Lisboa, um activista grego lembrava como a provocação desenhada por alguém nas Portas del Sol, em Madrid, por esses dias, ecoaram na Grécia. Dizia a mensagem: “Silêncio: os gregos dormem!” O comentário terá tido um impacto na Grécia (ou pelo menos na mente deste jovem). Em todo o caso, a experiência do movimento na Grécia levou activistas gregos presentes em Lisboa, no dia 10 de Junho de 2011, a dizerem que alguma transformação profunda teria ocorrido na disposição das pessoas nas últimas semanas, nomeadamente em torno da greve geral de dois dias, assinalada nas tendências de opção política reveladas por sondagens de opinião, que dão aos dois partidos que têm alternado no governo desde os anos 70 valores de votação em torno dos 5% e 7%.

Na verdade, para quem viva em Lisboa nos meios activistas e parar um pouco para olhar o movimento de uns meses antes, sem dúvida confirmará que não é só a bolsa de valores que se tem comportado de maneira errática e diferente do costume. Embora a maioria continue à espera que tudo se possa ainda vir a concertar, cada vez é mais claro para mais gente que não há concerto. E sobretudo há mais vontade para saber o que se passa e encontrar alguma forma de participar. Embora todos sejam levados a reclamar contra quem tem posições de responsabilidade institucional para que se comportem à altura das dificuldades, porque têm uma tarefa de interesse público para cumprir, na verdade a esperança escoá-se à medida que as mesmas práticas revelam as mesmas vontades, os mesmos sistemas, o mesmo alheamento das pessoas do controlo das suas vidas e da vida dos seus mais próximos.

O representante islandês na reunião acima referida era um homem de meia-idade que explicou que apenas fazia a sua vida, convencido de que lhe bastaria tratar da família mais próxima para satisfazer as necessidades básicas, confortavelmente. Quando assistiu à hecatombe financeira ficou muito zangado e começou a sentir a necessidade de fazer política, falar com os ministros e o primeiro-ministro, com o director do FMI ou de outra qualquer organização internacional. Falar com eles directamente. Tratam-se todos de pessoas, insiste. E por isso acessíveis. Como ele próprio, que veio da Islândia para uma pequena reunião em Lisboa com vista a preparar o caminho para alianças internacionais entre os movimentos dos indignados dos diversos países europeus. Zanguem-se mas não fiquem desorientados, recomendou: “Be angry but not mad”. Há muito para fazer e muita coisa que se pode fazer. Mas o quê?

Quando se pergunta o que é preciso fazer todos estiveram de acordo: “Não sabemos”, mas algo há-de ocorrer, algo há-de emergir. O importante é assegurar que não haja chefes a tomar

conta daquilo que temos que ser nós todos a decidir. Estamos a aprender faz muito pouco tempo. A situação é singular. As esquerdas e as direitas – dizem – estão ambas comprometidas com o sistema. Falam não de teorias mas de experiências práticas, nomeadamente na Islândia quando alguns dos manifestantes tomaram oficial e formalmente o lugar dos governantes mas não fizeram a diferença: passaram a cumprir o mesmo papel que os antigos governantes destituídos, em concreto tentando pagar aos bancos credores as dívidas que diversos referendos negaram pagar. Noutros países, como em Portugal, embora não haja experiência equivalente a esta, sem dúvida que a contraposição esquerda direita insistentemente colocada na agenda da assembleia popular do Rossio (órgão mais abrangente dos acampados lisboetas) foi sempre contestada e nunca pode ser afirmada. A própria designação do movimento, fixada na fórmula negativa de “Indignados”, expressa estar-se na construção de alguma coisa cujo sentido positivo ainda não é evidente e cujo sentido negativo, de facto, também não. Há, sim, declarações de repulsa do sistema, mas não há um acordo sobre o sistema que causa essa repulsa: o sistema capitalista? O sistema político? A moral social? A corrupção? O imperialismo? O neoliberalismo? Os bancos? Emerge, aos poucos, parece, uma atenção especial ao tema da auditoria à dívida.

Socialmente, os movimentos dos indignados em Lisboa são suportados por estudantes Erasmus – uma forma de construir cidadãos europeus entre os estudantes universitários – investigadores e artistas precarizados por regimes de trabalho adoptados em Portugal sob a designação de recibos verdes.³ Há também a participação de vários grupos de activistas, uns mais partidários e outros contra os partidos. Os movimentos de trabalhadores estão ausentes e há sobretudo pessoas com boas qualificações intelectuais, principalmente se se comparar com as movimentações que se seguiram à revolução dos anos 70. Nota-se porém uma dificuldade grande para organizar os debates, resultante da falta de educação cívica dos jovens. Houve uma enorme preocupação em respeitar todas as opiniões e posições, nas assembleias populares (nome que se deu às reuniões diárias aquando do acampamento no Rossio e, mais tarde, quando havia convocatórias dos Indignados para encontros) mas também há formas de impor e canalizar agendas, nomeadamente através do prolongamento para altas horas da manhã dos trabalhos dos grupos mais especializados, onde as questões práticas eram decididas, sob a forma de propostas a submeter à assembleia.

Chegados ao Verão e ao período de férias, fica a certeza de que os próximos meses serão bem diferentes daqueles que passaram. Serão mais animados e polémicos. Certamente mais duros, não apenas economicamente mas também policialmente. A preocupação de evitar a violência é notória. Da Grécia vêm notícias de serem elementos da polícia quem instala a violência de modo a desmoralizar os manifestantes e prejudicar a sua imagem pública. Não há, entre os Indignados, nenhum acordo sobre como organizar a luta não-violenta e não estão organizados treinos de acção directa não-violenta susceptíveis de preparar os manifestantes para as acções policiais.

As acções internacionais poderão aumentar as capacidades de coordenação, mas não se sabe se estarão perto ou longe de conseguir encontrar uma plataforma de interlocução com os poderes instituídos. A perspectiva que tem causado mais expectativa tem sido a da

³ Um estudo sobre a composição dos participantes no acampamento do Rossio está publicado em <http://bilioso.blogspot.com/2011/06/assembleia-popular-do-rossio-breve.html>

organização de uma auditoria cidadã às contas do Estado. Mas não parece evidente que haja disponibilidade das autoridades europeias para aceitarem tal desafio, a ter em conta a ideia lançada pelo partido vencedor das últimas eleições – aparentemente por iniciativa ingénua do novo primeiro-ministro português, para preparar antecipadamente a justificação da diferença entre as promessas eleitorais e as práticas do governo – e que só durou algumas horas. Percebeu-se que, entusiasmados com a ideia de que o Estado pode ser reduzido a uma empresa, pensaram numa auditoria. Mas informados por quem estava mais avisado, logo deixaram cair a ideia, não fosse tal arejamento das contas deixar cair suspeitas de mau uso dos dinheiros públicos, numa época em que todos reconhecem haver muita corrupção de alto nível mas ninguém consegue identificar nada de palpável a esse nível. Seja como for, a reivindicação da auditoria “cidadã” às contas públicas, em nome da transparência, está aí. É uma questão de oportunidade para se tornar mais premente. Sendo que não se está a referir uma operação meramente técnica: do lado dos indignados trata-se de identificar que parte da dívida pública não deve ser paga por ter sido produzida apenas para fins privados, sem qualquer vantagem para o interesse público. Há, pois, que ponderar argumentos e perspectivas políticas, nomeadamente do que seja o interesse público, em função dos factos registados contabilisticamente e reorganizar as contas em função do que tenham sido empréstimos legítimos e os outros.

O que é a sociedade?

Segundo Michael Burawoy,⁴ a sociedade é uma construção cognitiva sobre a experiência humana, a partir de um ponto de vista específico, que pretende desenvolver a sociedade civil, no sentido de Gramsci e de Polany. As forças vivas ou os movimentos sociais que emergiram no final do século XIX, à procura de estabelecer formas de satisfação das necessidades e dos desejos, são o tipo de actores sociais e históricos a que estes autores se referem. O movimento dos trabalhadores e, também, outros movimentos do que se chama equivocadamente classes médias ou novos movimentos sociais (estudantes, mulheres, ecologistas, indígenas, etc.). Movimentos desenvolvidos, ao mesmo tempo, contra e através da economia (sobretudo no caso dos empresários e dos trabalhadores) e contra e através dos Estados (através da participação cívica e partidária).

Neste sentido a sociologia aparece como uma ciência apologética da acção social organizada com vista a contribuir para o estabelecimento de sistemas económicos e políticos mais condizentes com a vontade das sociedades, em princípio, de boa qualidade moral (vontades críticas dos monopólios dos interesses económicos e partidários, nomeadamente). Na análise concreta das situações, na prática, são outras forças menos morais as predominantes, como quando se trata de expulsar povos inteiros para explorar minérios ou matérias-primas em larga escala, para mercados globais, ou quando o próprio Estado aparece moralmente pervertido, quando discrimina cidadãos uns dos outros, seja legalmente, como em Israel ou na China, seja na prática, como ocorre na justiça criminal mesmo nos países ocidentais. Ou, como acontece actualmente nos EUA, as referências à democracia e às liberdades são subvertidas a pretexto de ameaças terroristas e transformadas em justificações da promoção de práticas de tortura e de acções extra-legais por parte de agentes do Estado e seus aliados, incluindo na Europa.

⁴ <http://www.youtube.com/embed/IO5n84L4K9A>, visto em 2011-07-15.

Nesta concepção, a economia e o poder aparecem como potencialmente anti-sociais (de facto são concebidos, uma e outro, como formas de agregação de necessidades e desejos distintos da sociedade) embora, ao mesmo tempo, a sociedade tenha emergido do fortíssimo crescimento do Estado e da economia desde o final do século XIX. A sociedade seria a força moralizadora e legitimadora dos poderes económicos e políticos, ao mesmo tempo que era a sua matéria-prima humana (produtores e consumidores que se reproduzem em gerações) a quem era apresentada a natureza (matéria-prima não humana) tecnologicamente mediada por sistemas de oferta de produtos básicos, de consumo cultural ou de luxo.

Esta concepção foi repescada por Burawoy por ter sido utilizada por autores que estudaram com sucesso e esperança de melhores dias o período da crise dos anos 30 do século passado, por alguns comparada à actual crise. Trata-se de dar dinâmica própria e moralizante à sociedade, confrontada com fenómenos construídos pela acção humana – as decisões de quem domina os mercados e os estados – mas que aparece às pessoas habituadas às rotinas sociais e laborais como um desastre natural. Caberá, neste sentido, às sociedades adoptar posições benevolentes, de submissão, de cooperação, com a economia e o Estado. Ou, ao inverso, tomá-los como inimigos declarados. E, em qualquer caso, o que fazer senão expandir a sociedade (o ânimo da solidariedade) a todo o lado, sobretudo ao interior das organizações económicas e políticas, de modo a impor-lhes uma moral apropriada e benigna relativamente às necessidades e desejos sociais?

Na verdade, quem teve a experiência de uma revolução, certamente notou como o campo do social e da política se tornam mais amplos. Como dizia o indignado islandês acima citado, a sua pequena família sofre hoje em dia a concorrência do activismo político amador – o que significa uma expansão das dimensões da sua vida. Se recordarmos a sua descrição da experiência de ter falado com as máximas autoridades do país e até de organismos internacionais, poderemos lembrarmo-nos de como a expansão da abrangência prática do campo social e estatal (ou político), que torna – como ele explicou – todos seres humanos iguais entre si, é compatível com a expansão do campo da economia (os credores do Estrado finlandês terão interesse em falar directamente com os movimentos de indignados para os convencer a pagarem o que entendem ser uma dívida). Isto é, a globalização, aliás como qualquer outro tipo de sociedade, está sujeita a processos de diferenciação (separando o político do social e do económico, nomeadamente). Mas esses processos não são nem mecânicos nem lineares. Em certas ocasiões, não necessariamente em situações de guerra ou de processos revolucionários, pode ocorrer a expansão de cada um dos sistemas diferenciados (por exemplo, a sociedade começa a querer intervir mais directamente e em termos de capacidade de decisão na economia e no Estado; ou a economia começa a comprar a possibilidade de explorar as funções públicas para seu próprio benefício), o que significa provavelmente uma expansão equivalente dos outros sistemas (a economia torna-se mais social e o próprio Estado torna-se mais susceptível aos humores sociais). O facto, portanto, de se dar uma expansão do aspecto social das vidas das pessoas não implica, necessariamente, uma retracção do Estado ou da economia, como ocorreria caso se tratasse de um jogo de soma nula.

Considerar certas dimensões como essenciais e transformá-las em factores cartesianos, utilizar o esquema analítico de que Max Weber foi precursor, sem considerar a volubilidade do

espírito dos tempos, digamos assim, tem as suas limitações. Da infinidade de pontos de vista sobre a realidade destacar aqueles que sejam mais relevantes e influentes, a saber as classes, o status e os partidos, que é como quem diz a economia, a sociedade e a política, tem sido – dizem os críticos – uma forma de evitar integrar no núcleo duro conceptual da estrutura social as dinâmicas de mudança. Parsons acrescentou ao esquema mais uma dimensão – a dimensão cultural – de modo a permitir, precisamente, objectivar o tal espírito dos tempos. Mas não convenceu os críticos, que continuaram a queixar-se de que um tal esquema analítico (mesmo sistémico, como o AGIL) ser incapaz de captar as tendências inovadoras de reorganização social já presentes em sociedades ainda dominadas por maneiras de viver insustentáveis a prazo. De maneira mais política, a crítica procurava distinguir os movimentos operários sob o regime capitalista e a experiência de vida a que aspiravam vir a poder constituir numa sociedade estruturalmente alternativa, como seriam as sociedades socialistas. Hoje em dia, perdido o prestígio e a referência soviética da sociedade alternativa, a mesma crítica se aplica na perspectiva de sociedades futuras alternativas independentes dos interesses económicos globais e dos regimes despóticos, em harmonia com a natureza e os povos e civilizações de todo o planeta.

As mesmas causas (privilégio do estudo das estruturas sociais na sociologia e dispersão epistemológica dos estudos do quotidiano) separaram as prestigiadas perspectivas francesas de Bourdieu e de Touraine, e das teorias da reprodução e da produção social, a partir dos anos sessenta e setenta do século passado. A emergência da sociologia dos movimentos sociais decorre desta tradição de distinção entre as instituições (reprodutivas e conservadoras) e os movimentos sociais (produtivos e subversivos, sempre no bom sentido, como enfatizou Michel Wiewiorka, discípulo e herdeiro de Touraine, ao referir-se a anti-movimentos sociais quando entendia serem imorais as práticas e os objectivos dos movimentos analisados).⁵

O alargamento dos entendimentos e das vivências da solidariedade sente-se e vive-se em determinadas ocasiões históricas especiais, precisamente porque a intensidade e o âmbito dessa mesma solidariedade variam no tempo. Quando, em Dezembro de 2008, houve levantamentos populares em várias cidades gregas, houve quem tivesse sentido a sociedade. Por exemplo, uma mãe de filhos da idade do jovem morto pela polícia disse ter sentido pela primeira vez na vida a sociedade: a solidariedade popular para com aqueles com razões para estarem mais directamente aflitos. E isso funciona como uma segurança, como uma expansão das potencialidades de cada um. Como uma forma de valorização do conhecimento de cada um sobre o valor da acção colectiva. A mesma sociedade que a senhora Thatcher disse não existir, em desafio contra os sindicatos que encetou nos anos oitenta.

Naquela ocasião em Atenas, porém, apesar da solidariedade dos trabalhadores e dos imigrantes manifestada nas ruas, as muitas assembleias que por algumas semanas se reuniram para procurar caminhos de expansão da influência da sociedade não encontraram formas de animar a mobilização, apesar de terem ocorrido pouco depois do anúncio mundial da crise financeira que haveria de ter um impacto particularmente devastador naquela país. Como

⁵ Cf., por exemplo, <http://74.6.239.84/search/srpcache?ei=UTF-8&p=wiewiorka+anti-mouvement&fr=moz35&u=http://cc.bingj.com/cache.aspx?q=wiewiorka+anti-mouvement&d=4791242410820105&mkt=pt-BR&setlang=pt-BR&w=e810d9a3,396030a5&icp=1&.intl=br&sig=aoRXbz6HVQcfBsIRrnWc6A-->

dizia o companheiro grego que veio de Atenas na reunião de indignados acima citada, desse movimento não ficou nada. Nada excepto – isso cabe ao sociólogo dizer – a experiência de ter vivido a experiência da sociedade a expandir-se, o que pode ser uma boa base para a compreensão do que seja a vida e a boa vida em particular. Aliás, não é a falta dessa experiência de que se queixam, precisamente, os Indignados recém-chegados à acção cívica?

Como refere Alberoni (1989), no seu trabalho heterodoxo sobre movimentos sociais, é o estado nascente, um estado especial de experimentar a vida, um estado de entusiasmo sem explicação mas inelutável, por oposição ao estado depressivo, igualmente imperativo, é o estado nascente que predispõem e impele as pessoas singulares às novas sociabilidades, a romper com rotinas anteriormente estabelecidas e a abrirem-se a novas formas de viver em sociedade. Como ocorre nas diversas situações de mudança, como na adolescência, na juventude, no enamoramento, na mudança de casa ou de emprego, etc.

Quem não sente, em Portugal, e provavelmente nos outros países da Europa do Sul, este estado depressivo pré-revolucionário? Embora a situação seja muito diferente de 1974, desde há meses a esta parte as referências às finalidades da vida colectiva e à necessidade de reequacionar o modelo de desenvolvimento (pela primeira vez mencionado por Durão Barroso na campanha eleitoral de 2001 que ganhou e depois da qual tudo se manteve na mesma, quanto ao essencial – a exploração da vantagem comparativa dos baixos salários e do rentismo como fonte de enriquecimento). Sente-se isto nas intervenções dos fazedores de opinião mas também nas conversas quotidianas e nas perguntas para que se procuram activamente respostas, nomeadamente o que é a crise? Quem a terá provocado e porquê? Como nos podemos defender disso, e, sobretudo, haverá respeito pelos nossos filhos e pelas nossas reformas?

Para uns, as novas gerações são mimadas, oportunistas, estudam como pretexto para estarem em casa dos pais e na sua comodidade, sem arriscarem sair do círculo mais próximo e protegido, de que aproveitam as possibilidades económicas. Para outros as gerações mais bem preparadas (pela escola) de sempre confrontam-se com um sistema de destruição de oportunidades de emprego assalariado que os empurram para fora do país, e abandonando não só os seus familiares como também a possibilidade de organizar uma economia moderna em Portugal.

Como muitas vezes acontece, ambas as asserções são credíveis e podem explicar muitas das situações. Efectivamente, ao contrário do que ocorreu em 1974, o país não vive nem a repressão de uma polícia política nem uma guerra que empenhou milhares de recrutas à força e, por isso, os mais jovens vivem numa enorme tranquilidade, desse ponto de vista, que não é obscurecida pelas sucessivas e insistentes campanhas de insegurança lançadas à sociedade. Pelo contrário, as famílias reagem à alta insegurança subjectiva (que não corresponde à insegurança real, segundo os especialistas) aproximando-se dos seus filhos, aliás cada vez em menor número e, também por isso, alvos de grande carinho, atenção e eventual excesso de protecção. Que poderá ajudar a compreender o alto número de divórcios, entre pessoas educadas para vingarem sozinhas na vida. Não era isso que era pedido?

O que são os movimentos sociais?

Sainsaulieu (1988) caracterizou o carácter fusional das relações laborais operárias e o carácter democrático das relações laborais dos profissionais. Enquanto os operários tendem a unir-se em torno da melhor voz que conseguirem mobilizar a seu favor, e a proceder unitariamente, os profissionais caracterizam-se por cada um ter uma ideia e uma prática particular daquilo que é a profissão de todos os seus pares, em função do lugar institucional que ocupe e também das características pessoais de cada um.

Tendo isto em mente, a recomposição social na Europa nas últimas décadas a favor da multiplicação dos profissionais e da diminuição dos operários, com a deslocalização das indústrias ao sabor dos interesses do capital livre, ajuda a explicar o carácter fragmentário dos Fora Social Mundiais. Os novíssimos movimentos sociais integram os velhos movimentos sociais, como o sindical, numa mescla de causas cuja unificação é virtualmente impossível, mesmo se todos estejam de acordo em reconhecer o mesmo adversário e os perigos não apenas civilizacionais mas também ecológicos em presença.

Em Portugal, a experiência da criação de um Fórum Social Português (FSP), em 2002, falhou por intromissão, que não pode ser evitada, da guerrilha partidária, apesar de estar expressamente interdito tais intervenções pelos princípios mínimos declarados pelo Fórum Social Mundial. Duas manifestações partidárias separadas marcaram o dia de apresentação pública do FSP, cuja actividade jamais conseguiu vingar. Dir-se-ia que em Portugal a multiplicação de associações profissionais observável⁶ não foi de molde a ter influência no ambiente social no seio dos activistas. Efectivamente, uma das diferenças que os activistas de outros países da Europa notam quando chegam a Lisboa é que as questões ideológicas são o centro dos debates entre activistas em vez de serem as acções concretas, as manifestações, os manifestos, as campanhas, como acontece lá, de onde eles vêm. As discussões ideológicas, explicam, são problemas de cada um, a discutir com os grupos de afinidade nas horas livres. Os movimentos sociais vivem de acção, ainda que reúnam gente com ideais muito diferentes entre si.

Independentemente do contexto específico português, o movimento social com uma liderança conhecida e relativamente estável em torno de um programa de transformação social característico a que os aderentes dedicam atenção e estudo e os acompanhantes uma espécie de veneração mais ou menos dogmática e emocional, com um campo de luta bem definido pela posição dos parceiros e adversários, parece não corresponder à descrição do que está a acontecer com os Indignados. Estes movimentos adoptaram os princípios de apartidarismo (que continua a ser um problema, também em Portugal) e de recusa da representatividade, que inibe qualquer ideia de liderança. Na prática, cada um propõe o que entende e adere a tal proposta quem entende. Às vezes funciona, outras vezes funciona pior. A continuidade é sempre muito problemática – todos os dias, a decisão mais importante na acampada (sic) de Lisboa era a de saber se se mantinha o acampamento ou não.

Esta constatação levanta a questão de saber se a sociologia tem definido bem o que seja um movimento social. Será uma emergência social em forma de cometa que se confronta com as

⁶ Cf. Freire (2003).

instituições de modo a impor uma recomposição das mesmas, seja em termos de organigrama seja, sobretudo, em termos do espírito com que tais instituições passem a funcionar? Ou será uma forma de experimentar a vida social de modo mais alargado do que a família mas não tão formalizado ou estável como a comunidade ou a profissão ou a adesão a um grupo político? Aquilo que se vive hoje nos países do Sul da Europa não é um movimento social caracterizável pela sociologia, pois não tem nenhuma proposta articulável de organização alternativa das sociedades (não se sabe se as consequências práticas das acções colectivas serão para o bem ou para o mal das sociedades no futuro próximo e mais longínquo). Mas, sem dúvida, é movimento social o nome mais apropriado que se pode encontrar para designar o que se está a viver. Até porque do que se está à espera é que seja o seu desenvolvimento cada vez mais forte que venha a resgatar não apenas o sentido das vidas dos activistas como as sociedades, no seu todo.

Alberoni (1989) contesta que os movimentos sociais tenham de ser contra institucionais, precisamente argumentando que o seu objectivo é influenciarem as instituições ou mesmo institucionalizarem-se eles próprios. E contesta também que os movimentos sociais sejam necessariamente uma estrutura social complexa. Ele afirma que o enamoramento entre duas pessoas é, em si, um movimento social, cuja condição teórica é que ambos os membros do casal estejam em estado nascente: é o movimento social mais pequeno do mundo, que consta do reconhecimento de ambos os membros do casal de o outro se encontrar, como ele, em estado nascente, com vontade de mudar de vida, digamos assim. Verifica, por outro lado, que desde muito antes da modernidade se impor à vida ocidental já os movimentos sociais vingavam, nomeadamente em muitos dos movimentos religiosos de que há registo, caracterizados por agruparem pessoas entusiasmadas na defesa de valores sociais, dispostas a lançar a própria vida em nome de tais ideais, ou, de outro ponto de vista, incapazes de dispensarem a luta por esses ideais da ideia de valor que tinham do que fosse a sua própria vida. Trata-se, portanto, de uma característica própria das sociedades e das pessoas humanas de todos os tempos, relacionada com a criação de condições para a reprodução social e, também, para a inovação social, nomeadamente a reprodução e inovação que decorrem da composição de novas famílias.

Ainda que o autor italiano remeta para o infraconsciente a fonte primeira dos movimentos sociais e abandone a ideia de haver alguma racionalidade preliminar – ele faz uma deliciosa descrição de um casal de apaixonados que falam um para o outro como se se conhecessem desde sempre, espantados com a convergência dos seus sentimentos e preocupações, e, todavia, seria evidente para quem estivesse de fora a ouvir que apenas cruzavam conversas desconexas entre si (ao fim de alguns tempos, quando arrefece a paixão, muitos descobrem que de facto interpretaram mal as mensagens racionais emitidas pelo(a) parceiro(a), em parte por terem preferido sentir apenas) – mesmo assim a definição formal que encontra para movimento social inclui, entre outros elementos, um programa de gestão social alternativo ao vigente (ausente no caso dos Indignados).

Há uma evidente vontade de mudar a vida quotidiana por parte dos Indignados. A começar pela sua própria vida, mas de modo a não impor a ninguém tal opção e menos ainda as práticas concretas que uma escolha dessas possa implicar. Cada um deve ser livre para exprimir os seus desejos e ouvir os dos outros, incluindo a nível político. E cada um deve ser

livre de trazer o que entender dever trazer, sem que nenhuma crítica de tipo pessoal lhe seja legitimamente oposta. O que adia conscientemente a capacidade de intervenção enquanto se esperta que os consensos se estabeleçam e, desse modo, a força do movimento possa impor-se sem violência.

Uma interpretação micro social de movimentos sociais, no tempo em que eles ainda não estejam amadurecidos de modo a que os possamos caracterizar de uma forma definitiva, dado o estado da sua instabilidade primordial, passa por discutir as razões pelas quais o movimento social mínimo impõe da solidariedade entre duas pessoas, quando nas sociedades actuais, através das novas tecnologias de informação e também da extrema diferenciação institucional, podemos imaginar um movimento social persistir (ainda que apenas em estado instável, como este grande movimento de Indignados) através da vontade de apenas um só indivíduo, por exemplo ligado ao *facebook*. À espera de encontrar sinais de outras pessoas em estado nascente. Sem que se conheçam ou venham a conhecer, apesar de tais relações sociais poderem espoletar revoluções sociais, como pode bem ser o caso do apelo à manifestação da Geração à Rasca.

A sociedade, em vez de um conjunto de relações sociais, seria, por exemplo, um tempo/espaço particular, do mesmo género que o tempo/espaço das moscas ou das formigas é distinto do tempo/espaço das pessoas. Seria o espaço/tempo dedicado por várias pessoas a uma actividade social, diferentemente ao espaço/tempo dedicado a actividades bio-fisiológicas ou actividades oníricas. Sabendo nós que tais espaços/tempo, na prática, se sobrepõe em interacção. A diferença entre o indivíduo e a sociedade seria do mesmo género da diferença entre a emoção visceral que sobe por uma pessoa e a emoção social que desce e se incorpora em função da empatia social, do mimetismo de que nos falou Gabriel Tarde (1993). Sociedade, neste caso, seria a expressão natural da própria constituição biológica das pessoas, seres carregados mais do que quaisquer outros conhecidos de sistemas biológicos de imitação somática, cf. Goleman (2010/2006). Caberia às ciências sociais especializarem-se de modo a não se confundirem com as ciências da vida, e, ao contrário, organizarem maneiras de dialogar com estas últimas. Do cruzamento de conhecimentos a partir destas perspectivas distintas seria possível aprofundar as ciências sociais e humanizar as ciências da vida.

Notas finais

Estudos de desenvolvimento revelam que as intervenções do FMI têm sido reflectivas em índices de esperança de vida mais curtos entre 5 a 10 anos para as populações que habitam as regiões intervencionadas. Dir-se-ia que a reacção racional das populações contra tais políticas é uma espécie de luta pela sobrevivência, sentida por todos de uma forma difusa – há um descontentamento no ar perante o falhanço generalizado do discurso político dar conta das dificuldades da experiência quotidiana, ainda que atenuado pelas alternâncias de governo. Em alguns de entre nós provoca isso um estado nascente. (Parece ser mais provável esse estado nascente surgir em pessoas anteriormente desinteressadas da política, em situações pessoais muito distantes das expectativas que criaram para si mesmos e nos mais jovens. Os activistas habituais, sobretudo os mais velhos, nomeadamente os que já participaram na vida política e se retiraram desgostosos do que viam ocorrer, têm mais dificuldade em seguir esse entusiasmo irracional). Isso é particularmente notório no facto de países não directamente

afectados por políticas de austeridade, embora integrados na zona euro, remeterem as respectivas preocupações para a imposição de comportamentos morais nos países alvo dos ataques financeiros, como quem encontra aí um bode expiatório capaz de evitar o confronto com a realidade de todos conhecida, pelo menos desde 2007/08. Há que mudar de vida, tanto em termos financeiros como em termos energéticos. Mas, enquanto se poder, deixam-se tais mudanças nas mãos dos especialistas.

Assistir a jovens alinhados com partidos de esquerda a baterem palmas a discursos de novos activistas que informam serem a esquerda e a direita igualmente responsáveis pelo estado das coisas e, ao mesmo tempo, noutros locais, a multiplicação de reuniões políticas de gente mais velha (estas são reuniões de homens, ao contrário das dos jovens onde há muitas mulheres) onde é notória a falta de simpatia pelo novo estado de espírito da juventude, faz recordar a polémica com duas décadas sobre a “geração rasca”, designação que um jornalista antigo activista nos tempos revolucionários atirou contra estudantes em luta contra o estabelecimento de propinas no ensino superior. Isso feriu tão profundamente os jovens que, ao acordarem para a vida política, não se esqueceram de subverter essa memória, como primeiro acto, auto-nomeando-se geração à rasca.

Talvez, como disse Eduardo Galiano a propósito do que viu em Madrid e Barcelona,⁷ o que estejamos a assistir seja sobretudo a expressão do entusiasmo de viver de gente que precisa disso para assumir a dignidade própria da sua existência, independentemente daquilo que a sua postura virá a implicar em termos institucionais e de futuro. À sociologia cabe procurar actualizar-se, tomando os objectos de estudo (e não apenas as teorias feitas em outras circunstâncias históricas) como motivos de transformação social.

A mudança social joga-se, pois (quem o ignora?) também dentro de nós, no jogo entre a capacidade de expressão das emoções de cada um e a capacidade de mimetizar as emoções alheias. Afinal um jogo de concertações semelhante às negociações políticas (ou desafios bélicos), em que cada uma das partes se torna íntima da outra, por formas ao mesmo tempo úteis e perversas, felizes e traumáticas, apolíneas e dionísicas.

Bibliografia

Alberoni, Francesco (1989) *Génese*, Lisboa, Bertrand.

Freire, João (coord) (2003) *As Profissões em Portugal*, Oeiras, Celta

Goleman, Daniel (2010/2006) *Inteligência Social – a nova ciência do relacionamento humano*, Lisboa, Círculo de Leitores.

Sainsaulieu, Reynaud (1988) *L'Identité au Travail: les Effects Culturels de l'Organization*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

Tarde, Gabriel (1993) *Les Lois de l'Imitation*, Paris, Éditions Kimé.

⁷ Cf. <http://www.youtube.com/watch?v=8YoeNtwMOo>